Artigo original Recebido em: 15/02/2023 Parecer emitido em: 13/03/2023

ANJOS, S.R. dos; FONTE, S.S.D.; Relações de poder nas aulas de educação física. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v.22, n.01, p.63-71, 2023. ISSN; 1981-4313.

RELAÇÕES DE PODER NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

POWER RELATIONS IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES

Silvana Reis dos Anjos[1]
Sandra Soares Della Fonte[2]
[1]Instituto Federal do Espírito Santo, Ibatiba, Brasil
[2]Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir as relações de poder nas aulas de Educação Física, a partir da realização de um estudo de caso etnográfico em uma escola de ensino fundamental do município de Serra (ES). A coleta de dados foi realizada mediante a técnica da observação participante em uma turma do primeiro ano do ensino fundamental. Os estudos de Michel Foucault que tratam da noção de poder como governo ou conduta compuseram a base teórica da pesquisa. Ao enfatizar as relações por essa orientação, verificou-se a existência do exercício cotidiano do controle do corpo, mas, igualmente, de condutas de resistência que se traduziram na urgência de ampliação de práticas de condução, que permitam o exercício da liberdade e da criação

Palavras-chave: Relações de Poder. Resistência. Governo. Corpo.

ABSTRACT

This article aims to discuss power relations in Physical Education classes, based on an ethnographic case study conducted in an elementary school in the county of Serra (ES), Brazil. Data collection was carried out using the participant observation technique applied on a group of the first year of elementary school. The theoretical basis of the research was composed of Michel Foucault's studies that deal with the notion of power as government or conduct. By emphasizing relationships through this perspective, it was found that there is a daily exercise of body control, but also resistant behaviors that translate into the urgency of expanding conduct practices that allow for the exercise of freedom and creation.

Keywords: Power Relations. Resistance. Government. Body.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o espaço escolar como lócus de relações humanas, fez ressaltar as relações de poder que, conforme Foucault (1994), são inerentes a quaisquer tipos de relações, familiares, sexuais, de produção e, inclusive, pedagógicas. Tal reflexão nos conduz à necessidade de espreitar as relações de poder no contexto escolar em termos de potencialização, abertura ou redução de possibilidades, uma vez que essas relações se apresentam de forma específica nos diversos espaços em que se constroem.

O espaço escolar é palco de complexas relações. Entretanto, esse espaço foi enfaticamente compreendido como lócus de dominação por meio da coerção e disciplinamento dos corpos, o que constituiu uma tendência nas pesquisas educacionais recentes. Tal fenômeno, deve-se, principalmente, conforme Saraiva e Veiga-Neto (2011), pela apropriação parcial das análises de Michel Foucault sobre os mecanismos de poder disciplinar e biopolítica nas sociedades modernas.

Nessas análises, os estabelecimentos educacionais constituíram-se em ferramentas privilegiadas para a construção de corpos dóceis, as quais facilitam a implantação, manutenção e transformação de modelos de valor e comportamento na sociedade que se configurava no século XVIII. A escola, entendida como instituição de sequestro, afastava os corpos dos sujeitos do meio social mais amplo e os enclausurava para incutir modos de ser específicos às demandas da sociedade moderna que se constituía.

Ainda que reconheçamos a afirmação constante de práticas de disciplinamento, pressupomos que a escola produz diversas formas de resistência perante as estratégias de controle. O próprio Foucault passa a conferir relevância à resistência nas relações em seus estudos tardios. Percebemos, a partir desse olhar, que o ambiente escolar se configura como espaço complexo onde se apresentam conflitos: a mesma escola que disciplina os corpos, apresenta aberturas ao exercício da liberdade, em uma tensão permanente. Por isso, não é possível afirmar que as relações de poder sejam equilibradas e harmônicas. Elas se estabelecem como ações sobre ações numa relação de incitação e tensão permanente.

Neste trabalho, as tensões entre as relações de poder foram refletidas a partir da noção de governo como conduta, fruto de um deslocamento das análises foucaultianas sobre o poder. O arcabouço conceitual tecido a partir da noção de poder como governo fornece instrumentos teóricos que permitem a compreensão do poder não como dominação, mas como uma "ação sobre ações", o que nos permite destacar a possibilidade de escolha e resistência dos sujeitos nas relações de poder.

O componente curricular Educação Física tem se destacado, em estudos diversos, como lócus de disciplinarização dos corpos por meio de modelos centrados na aptidão física permeados por um visão biologizante e mecanicista de corpo e movimento. Nosso objetivo é observar como os sujeitos resistem aos imperativos disciplinares que incidem sobre seus corpos, nas aulas de Educação Física, diante da complexidade de relações que conformam o espaço escolar. Para tal, observamos o exercício cotidiano das práticas de uma professora de Educação Física com uma turma de primeiro ano do ensino fundamental de uma escola do município de Serra/ES.

Verificamos que, a partir das experiências corporais na turma do primeiro ano, as crianças resistem aos mecanismos de controle, buscando, por meio de gestos, burlas, escapes, exercer sua forma de ser no mundo.

Acreditamos que ao conferirmos ênfase à discussão qualitativa sobre as formas de governo no espaço escolar, contribuímos para a ampliação da experiência educacional nesse ambiente compreendido historicamente como campo de transmissão e produção de conhecimento. Nesse sentido, também é nosso objetivo discutir as possibilidades de construção de espaços de exercício da liberdade e da criação dos sujeitos escolares no contexto das relações de poder.

RELAÇÕES DE PODER COMO GOVERNO

Foucault esclarece que os estudos sobre o poder disciplinar não seriam suficientes para análise da diversidade de situações e processos de subjetivação nas relações humanas. Assim, depois de realizar inúmeros estudos para explicitar as técnicas disciplinares sobre o corpo nas instituições modernas, o filósofo passa a ampliar a tecitura conceitual em torno dos estudos sobre o poder. No desenvolvimento de sua teorização, Foucault passa a conferir destaque à noção de resistência como formas pelas quais o sujeito busca escapar dos imperativos do poder.

Mas é na noção de governo que Foucault encontra o melhor caminho para discutir as relações de poder. Segundo Veiga Neto, a noção de governo é cunhada como "[...] um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele facilita ou dificulta, incita, induz, desvia, limita e até impede completamente a ação alheia" (VEIGA-NETO, 2015, p.52). A introdução do conceito de governo nas análises foucaultianas, possibilitou evidenciar o exercício da liberdade nas relações, uma vez que, nessa compreensão, só há governo em uma relação entre pessoas livres. Nesses termos, até mesmo a disciplina passa a ser compreendida como uma forma de governar a ação humana.

O poder disciplinar: governo dos corpos

A disciplina se utiliza de um espaço fechado (a cerca), no qual os muros isolam os indivíduos do espaço social mais amplo e os fixam em tipos específicos de relações e atividades a fim de evitar a dispersão e potencializar o uso do tempo e a produção nesses ambientes, além de aumentar o controle daqueles que estão ali produzindo. É o caso das escolas, conventos, quartéis e oficinas.

Podemos dizer que a disciplina é um poder que age sobre os corpos individuais primando pela administração da ação humana, para extrair o máximo de sua potência por meio de técnicas que agiam no detalhamento das ações corpóreas. Para tal, realiza um controle no qual o corpo é posto dentro de um esquadrinhamento espacial e temporal sob a imposição de recursos como a "[...] vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame" para a extração de sua máxima eficiência" (FOUCAULT, 2007, p. 29). Sobretudo, a organização do espaço, é de fundamental importância no conjunto das técnicas disciplinares, uma vez que é realizada de maneira a conferir visibilidade aos corpos e estabelecer quadros comparativos das individualidades. Nas palavras de Foucault:

> A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de quadros vivos que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas [...] (FOUCAULT, 2007, p.126-127).

Conforme nos mostra ainda Foucault (2007), outras técnicas de organização do espaço são fundamentais ao exercício da disciplina, como a prática do "quadriculamento" ou o princípio da localização imediata, que tem como modelo a "cela" dos conventos e consiste em um tipo de isolamento celular no qual "[...] cada indivíduo é posto num lugar e em cada lugar é posto um único indivíduo" (FOUCAULT, 2007, p.123).

A organização espacial da disciplina não só confere destaque aos corpos, mas também conduz condutas, modos de existência. Podemos concordar com Foucault (2007) sobre a ênfase produtiva que confere ao espaço: à medida que são criados espaços úteis, nada fica ocioso. E, à medida que esse espaço é organizado, constrói hierarquias, faz os indivíduos se relacionarem de certas formas criando toda uma complexidade de relações.

A disciplina pretende constituir um tempo útil e produtivo. Para tal, realiza, também, uma sujeição do corpo ao tempo, com o propósito de extrair a máxima eficiência do corpo com o menor tempo. Controla, dessa forma, os processos da atividade por meio de uma elaboração na qual os atos são esquadrinhados e divididos em unidades menores que são postas em relação a unidades menores de tempo, formando um encadeamento de gestos em sucessão. Esse gerenciamento é imposto por um "programa" que controla o desenrolar do processo, fazendo o tempo penetrar no corpo. Assim, o tempo, nas instituições disciplinares, o tempo deve ser o mais puro possível, sem interrupção das atividades. Por isso, quaisquer gesto como risos, brincadeiras são inaceitáveis aos mecanismos disciplinares

Nesse propósito de utilização e eficácia, a disciplina busca delimitar a relação do corpo e gestos. Todos os membros do corpo, em um gesto, devem estar numa postura ideal em alinhamento à parte que executa o movimento. Em outros termos, a disciplina "[...] impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é a sua condição de eficácia e de rapidez" (FOUCAULT, 2007, p.130).

Ao conceber o corpo como máquina, a disciplina impõe um conjunto de intervenções reducionistas a esse corpo, que precisa ter seu funcionamento conhecido peça por peça e suas capacidades testadas para uma utilização eficaz e produtiva

Para a eficácia desse controle disciplinar, além do esquadrinhamento corporal no espaço e no tempo, o apoio da vigilância, sanção normalizadora e punição são bases fundamentais para a operacionalização desse controle: a primeira baliza o desenvolvimento de dispositivos que impingem a sensação de que a todo o tempo, os sujeitos estão observados. Há, em vista disso, uma internalização da vigilância, assim como a condução aos comportamentos considerados certos e errados, normais ou anormais.

As sanções disciplinares pretendem punir todas as ações que não passam pelo exame das leis. Nas instituições disciplinares, segundo Foucault (1994), existe um pequeno dispositivo penal que reprime uma série de comportamentos, aparentemente insignificantes como: atrasos, interrupções de tarefas. Esse mecanismo insere o indivíduo em um conjunto de normas que estruturam seus comportamentos normalizando o que é certo e errado, ou mesmo normal e anormal.

Relações de poder como governo ou conduta

A ênfase às análises da mecânica do poder, principalmente em *Vigiar e punir* (2007) (obra na qual, ao analisar a punição, Foucault faz uma descrição densa das técnicas disciplinares que atuam sobre os corpos individuais nas instituições) trouxe interpretações que convergiram para o entendimento do poder como dominação. Surgem, desse modo, críticas que apontavam a ausência de espaço para a liberdade e para a ação do sujeito, nas reflexões foucaultianas.

Se, em seus escritos iniciais, Foucault enfatiza as relações entre saber e poder e às descrições dos mecanismos e estratégias do poder (disciplina, biopoder), não é porque não admite a possibilidade de resistência. Seu objetivo era saber como o sujeito é produzido no interior das relações de poder. Já em suas obras mais tardias (a partir da década de 1970), Foucault (2004, 2006, 2008, 2010) destaca mais explicitamente o tema da resistência/liberdade, trazendo à discussão as estratégias por meio das quais os sujeitos escapam ou burlam.

Para Foucault, poder e resistências são indissociáveis, uma vez que o poder existe "[...] em função de uma multiplicidade de pontos de resistência" (FOUCAULT, 1994, p.98). Por essa razão, não há relações de poder sem possibilidade de resistência, inversão de papéis, de fuga ou escape. No cerne das relações de poder, as resistências se apresentam como condições do exercício do poder que tenta dirimi-las ou abafá-las. Foucault (1994) enfatiza a resistência como um movimento disperso, inventivo e móvel, capaz de constituir novas estratégias de poder, as quais podem fundar novas formas de resistência.

Conforme Ortega (1999), com o propósito de dar conta dos aspectos subjetivos da ação, as análises foucaultianas conduzem ao deslocamento de uma interpretação bélica de poder para uma compreensão do poder como governo, isto é, como "Uma ação sobre ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes" (FOUCAULT, 1995, p.243). Esse modelo passa a ser compreendido como o modo específico das relações de poder:

> O modo de relação próprio ao poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência, nem da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária (que não podem ser mais que instrumentos), mas ao lado deste modo de ação singular – nem guerreiro, nem jurídico – que é o governo (FOUCAULT, 1995, p.244).

A noção de poder passa a ser tratada por Foucault sob a perspectiva da racionalidade política, por meio da introdução do conceito de governo, que é tratado sob duas formas: uma que diz respeito às práticas de governo político de maneira específica, e outra, que trata do conceito de governo em um sentido geral, que não se referia apenas às estruturas políticas e econômicas de gerenciamento dos Estados, mas "[...] designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes" (FOUCAULT, 1995, p.244).

Nossa escolha é trabalhar com o sentido de governo mais amplo, uma vez que o poder, nas análises foucaultianas, não se reduz às estruturas políticas. Dessa maneira, o conceito de poder pode ser definido como "[...] o conjunto de modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos indivíduos" (FOUCAULT, 1995, p.244).

A arte de governar tratada nessa compreensão se refere à racionalidade política que coloca em funcionamento mecanismos de segurança, e formas de governar individualizantes dentro das instituições, com o intuito de governar a população. Nesse sentido, não há uma ruptura conceitual entre os mecanismos de poder e depois o governo. A disciplina é, nesse entendimento, uma dessas formas objetivas de governo que tem seu exercício potencializado, a partir do momento em que a vida é tomada como alvo do poder.

O problema do governo emerge, nesse momento, de formas variadas: o governo de si, que é o governo das "almas e das condutas" (FOUCAULT, 2008, p.254); o problema do governo dos filhos, que é do âmbito da pedagogia; e, finalmente, o governo dos Estados pelos príncipes. Há, segundo o autor, várias formas de governo, e a gestão política e econômica do Estado é apenas uma delas.

Foucault (2008) aponta que, no século XVI, o problema do governo das crianças atinge torna-se uma preocupação maior em relação às outras formas de governo. Surgem as indagações sobre como conduzir as crianças para que se tornem autônomas e, futuramente, cidadãos úteis à sociedade. Esse problema é considerado por ele da maior importância por se situar "[...] no ponto de cruzamento dessas diferentes formas de condução de si e da família, condução religiosa, condução pública aos cuidados ou sob o controle dos governos" (FOUCAULT, 2008, p.310). É também o problema que tangenciou a emergência dos sistemas de educação. Como observamos, o advento da escola moderna se inseriu no bojo desse projeto de controle da infância.

Segundo Veiga-Neto (2015), em concordância com as análises foucaultianas, explica que governar crianças requer processos disciplinares capazes de sustentar regimes de verdade criados em determinado período histórico e em determinada cultura coagindo os pequenos corpos infantis a agir e comportar-se de acordo com o que é considerado adequado para tal regime de verdade em determinado momento. Nesse sentido, as disciplinas apresentaram-se como um conjunto de técnicas voltadas à sujeição dos corpos infantis para incutir as formas de organização que uma sociedade requer.

Com o propósito de ressaltar aquilo que há de mais característico na relação de poder, Foucault (1995) incorpora a noção de conduta às teorias de governamento. O governo sob a forma de conduta, nesse sentido, é definido "[...] a ação de conduzir os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades" (FOUCAULT, 1995, p.244).

O que Foucault (1995) nos mostra como fundamental nessa inflexão é que o governo ou conduta é a capacidade de agir sobre o campo de ação do outro (tanto de uma população, quanto de um indivíduo). Nesses termos, duas observações são fundamentais. No exercício de governo, há sempre o espaço da liberdade, uma vez que só há governo entre pessoas livres, que podem aceitar ou não determinada forma de condução. A partir dessa inflexão, é possível afirmar o espaço da liberdade nas relações de poder:

> Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo 'governo' dos homens, uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade (FOUCAULT, 1995, p.244).

METODOLOGIA

A pesquisa apoia-se nos preceitos de uma abordagem qualitativa, na qual adotamos como principal caminho metodológico a utilização do estudo de caso etnográfico, pois tratará de uma realidade específica e particular. Por meio dessa abordagem, é possível desenvolver "[...] uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade social complexa de múltiplas variáveis" (ANDRÉ, 2010, p.59).

Para realização do estudo de caso, selecionamos uma escola no município de Serra (ES) que, conforme levantamento anterior junto aos professores de Educação Física dessa rede de ensino, destacou-se em termos de controle e disciplina dos alunos. Por meio do suporte etnográfico, conferimos ênfase à construção dos processos, à valorização do significado que as pessoas atribuem às suas experiências, além de o reconhecimento de que não é possível ao pesquisador ocupar posição de neutralidade frente aos processos da pesquisa. Assim, adotamos a técnica da observação participante das aulas de Educação Física com uma turma de primeiro ano do ensino fundamental, nas quais, observamos uma vastidão de esforços empregados para controlar as ações corporais dos alunos. Os dados foram coletados dentro do período de três meses e meio.

A concordância dos sujeitos em realizar a pesquisa foi oficializada mediante assinatura dos termos de consentimento e assentimento, devidamente esclarecidos pela pesquisadora. Ressaltamos também que, no texto do artigo, os sujeitos serão identificados com nomes fictícios, tendo suas identidades preservadas conforme as indicações do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo.

DISCUSSÃO

As práticas observadas na EMEF Ordem e Progresso demonstram uma forte inclinação da Educação Física aos modelos tradicionais, baseados em uma concepção biologizante e mecanicista de corpo e movimento. Observamos que, nas aulas de Educação Física do primeiro ano, havia uma forte tendência para a disciplinarização das condutas, com assepsia dos gestos e redução dos espaços de movimentação dos sujeitos.

O controle dos alunos na aula fazia-se, primordialmente, por meio da fixação de seus corpos no espaço. Observamos ainda, uma estética da rigidez levada a cabo pela professora com a condução a uma execução do movimento certo e sério pelos alunos, com a rejeição aos movimentos espontâneos e criativos, que, não se enquadravam ao modelo da aula.

O controle das condutas mediante a organização dos corpos no espaço percorria toda a aula da professora com o primeiro ano. Nesse sentido, os alunos eram trazidos da sala para a quadra em fila e, quando chegavam, deveriam formar um círculo, ou, ainda em fila, sentarem-se no chão. Ali, a professora fazia a chamada e iniciava um alongamento. Depois, solicitava aos alunos que formassem uma fila para iniciar a atividade principal da aula, geralmente, uma corrida. No final da aula, havia fila para beber água e se dirigir à sala. Esse procedimento era repetido em quase todas as aulas que observamos com o primeiro ano.

A fixação dos corpos no espaço, nos esquemas disciplinares, segundo Foucault (2007, p.126), cumpre diversas finalidades, dentre as quais:

> [...] realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia de tempo e gestos [...].

Algumas condutas da professora com a turma nos mostram claramente o intuito de fixar os alunos o mais rápido possível. Em uma das aulas, por exemplo, ela conduz os alunos em fila e, quando chega à quadra, pede que eles se sentem "[...] do jeito que estão [em linhas traçadas no chão]: as meninas na linha branca, os meninos no outro lado". Margareth procurava, dessa forma, fixá-los o mais rápido possível e não permitia aos alunos se dispersarem.

Em seguida, nessa formação, a professora conduz um alongamento e faz alguns movimentos de ginástica para os alunos a acompanharem. Após o alongamento, a professora explica aos alunos a atividade a ser realizada, no caso, uma corrida em fila. Ela não permitia que eles desfizessem essa formação. Quando acontecia, ela ordenava aos alunos que acertassem a sua posição, ou ela mesma ajeitava os seus corpos reorganizando as fileiras. No entanto, os alunos, na maioria das vezes, desfaziam essa formação, com suas comemorações, fazendo seus saltos e suas "estrelinhas". Chegava a ser angustiante acompanhar as tentativas da professora em fixá-los na fila.

Observando que o tempo da aula terminou, a professora chama os alunos para organizarem a fila e subir. Diz: "Do jeito que está, vira e vamos subir". Os alunos dessa vez se amontoam. Ela os organiza, separando-os, ajeitando seus corpos. Assim, Margarete os conduz da quadra à sala. Ressaltamos que não há problema em organizar os alunos nessas formações, o problema implanta-se quando o uso do espaço é feito de forma a limitar as suas experiências.

Segundo Foucault (2007), a fixação dos corpos em suas localizações imediatas tem como objetivo, justamente, controlar as aglomerações indecisas, mas também, "[...] determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos" (FOUCAULT, 2007, p.126). Na aula de Educação Física, a fila era utilizada para o controle e organização da atividade de forma eficiente. No entanto, o esforço pela fixação dos corpos levava os alunos a procurarem fugas e escapes, explícitos ou mais sorrateiros, para vivenciar a aula de outras formas, percorrendo outros espaços.

O controle dos alunos também se expressa na busca incessante pelo silêncio, o que, nos remete às práticas das instituições disciplinares. Nessas, o silêncio era fundamental para o rendimento do indivíduo na atividade a ser realizada. Por esse motivo, quaisquer movimentos espontâneos como conversar, rir, contar histórias e fazer brincadeiras, tornavam-se terminantemente proibidos. Foucault (2007), afirma que o tempo nas instituições disciplinares deveria ser o mais puro possível, a fim de não atrapalhar o bom andamento das atividades.

Além da exigência asséptica do silêncio, percebemos o desejo de controlar os movimentos dos alunos sempre em direção à rigidez. O controle disciplinar, nesse sentido, é operacionalizado por meio da relação do corpo e seus movimentos. Nessa relação, busca-se atingir o maior controle do executante sobre o seu próprio corpo. Assim, a disciplina controla as relações do corpo com referência aos seus segmentos. Tudo deve estar em perfeito entrosamento para o resultado de um movimento produtivo. Na disciplina, "Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente" (FOUCAULT, 2007, p.130).

O corpo aparece nos esquemas disciplinares como objeto e alvo de poder (FOUCAULT, 2007), fonte de potência que precisa ser bem controlada: ampliada em termos de utilidade e minimizada em relação às forças de resistência. Assim, é compreensível o investimento feito nas instituições disciplinares sobre esse

corpo. Segundo o estudioso, "[...] é dócil um corpo que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" (FOUCAULT, 2007, p.118).

Em diversas situações, houve a aplicação de punições generalizadas aos que não apresentavam comportamentos desejados pela professora. Nesse sentido, uma série de penalidades eram utilizadas com a turma e individualmente. Quando os alunos estavam indisciplinados em sala, ela dizia: "Não vão descer para a quadra hoje, porque vocês estão conversando muito" (...), ou: encaminhava o aluno para um espaço externo à atividade principal, geralmente, na arquibancada da quadra: "Você hoje vai ficar sentado ali", "não vai fazer a aula"

Nesse contexto, o corpo também era utilizado como moeda de troca no processo de recompensas e punições. O processo de normalização disciplinar almeja o distanciamento entre um comportamento desejado e um comportamento que deve ser abandonado, para obtenção dos comportamentos obedientes que constituíam o bom funcionamento da escola. Nessa perspectiva, segundo Richter e Vaz (2005), ganham destaque (...) "castigos e ameaças lançados sobre o corpo, que acaba por se entregar aos ritmos impostos, aos espaços delimitados, aos movimentos sempre mais restritos e ajustados" (p. 15).

De acordo com Veiga-Neto (2015), os espaços escolares podem ser consideradas espaços de governamento, uma vez que compreendem um conjunto de ações nas quais professores e demais profissionais da Educação conduzem crianças e jovens. Desta forma, pode-se afirmar que governar a infância "[...] significa educar as crianças, moldando-lhes a alma que é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de uma anatomopolítica dos e sobre os corpos infantis" (VEIGA-NETO, 2015, p.55).

Na história da escolarização da Educação Física, segundo Soares (1994), o componente curricular, nos séculos XVIII e XIX constituíra-se, em valioso veículo de disciplinarização da vontade, dos gestos e atitudes necessários à manutenção da ordem. Além da necessidade de produção de corpos saudáveis, a instrumentalização do corpo na Educação Física respondia à necessidade de incutir comportamentos corretos e aceitáveis dentro de uma normalidade social.

Nesse sentido, o corpo é minuciosamente espreitado em relações de poder que delimitam seus espaços e movimentações. Nas aulas de Educação Física com o primeiro ano, percebemos o controle dos corpos com o objetivo de execução de gesto eficiente, o que indica como perspectiva o modelo de aptidão física. Nesta, a prioridade é a melhoria da condição orgânica, com apoio nos fundamentos biológicos. As aulas lembram sessões que se iniciam com a preparação, que é o aquecimento. Os alunos são levados a executar movimentos repetitivos para alcançar gestos técnicos perfeitos, o que denota uma forte relação entre essa área, com o disciplinamento dos corpos.

As formas de controle, entretanto, não constituem uma totalidade. Nas aulas, na mesma proporção em que percebemos tentativas de controle dos corpos, ocorreram inúmeras fugas e escapes dos alunos, como recusa desses sujeitos em não serem conduzidos de certas formas.

Foucault (1994) afirma não haver relações de poder sem a possibilidade de fugas, escapes, ou qualquer estratégia de reversão dessa relação de poder. Nesse sentido, os alunos reconfiguravam essas determinações por meio de fugas e escapes, explícitos ou mais sorrateiros, para vivenciar outras formas de movimento, percorrendo outros espaços. Fosse pelo riso que quebrava a rigidez e a retidão, fosse por movimentos não convencionais (e alguns até com alto grau de complexidade), os alunos imprimiam seus modos de ser e fazer na aula. Essas burlas, quando identificadas pela professora Margareth, não eram bem-vistas, ao contrário, incitavam-na a agir com mais rigor ainda.

A burla aos castigos impingidos aos alunos não acontecia por um afrontamento direto às determinações da professora, mas por escapes do olhar vigilante e pelo aproveitamento de situações em decorrência do distanciamento da docente. A resistência, segundo Foucault (1994) apresenta-se de forma fugidia, inventiva e móvel, a partir de pequenos pontos, fugas, escapes, e não somente por meio de um afrontamento a um foco central de poder.

Os movimentos sinuosos dos alunos foram observados em momentos de distanciamento do olhar vigilante da professora. Os alunos desmanchavam (não bruscamente) a pretensão de fixá-los em filas, com suas saídas e retornos. Interessante foi observar que, no final da fila, talvez pela distância temporária do olhar da professora, os alunos faziam movimentos de *break*, pulavam e brincavam de luta, segurando um ao outro, além de dar saltos e estrelinhas.

Em uma aula, por exemplo, a professora havia organizado os alunos em círculo, como de costume, e se dirigia à sala de materiais. Nesse momento, o aluno Charles se encaminhou para o meio do círculo e ali fez caretas para a turma, que ria bastante de suas performances. Outro aluno também se dirigiu ao meio do círculo, pulava e mostrava o bolso da bermuda a Charles que pulava dançando o frevo. Os dois entravam num diálogo corporal, quase como uma coreografia com a qual os alunos se divertiam. Outros entraram na roda e os acompanhavam. Quando a professora retornou, todos se sentaram rapidamente.

O episódio poderia ser visto como uma brincadeira da turma com a professora, ou como apenas uma maneira mais leve e divertida de vivenciar a aula e quebrar a sua rigidez. Os corpos dos alunos trouxeram movimentos diferenciados, engraçados, soltos e improvisados no contexto da proposta da professora Margareth. Contudo, essas manifestações corporais que misturavam, de modo criativo, o frevo e dramatizações teatrais eram, na compreensão da professora, um desvio, quando poderiam compor uma outra perspectiva de aula de Educação Física construída a partir do aproveitamento de conhecimentos dos próprios alunos.

As crianças resistem com seus corpos aos imperativos de controle na escola. Nesse sentido, concordamos com Pinheiro (2010), ao considerar o corpo da criança como campo de resistência e afirmação da vida, o que se dá a partir de suas experiências corporais pelas quais se coloca como sujeito no mundo. Essa resistência se manifesta a partir do estranhamento do olhar da criança às orientações educativas homogeneizantes, e materializa-se nos gestos e atitudes corporais de recusa das crianças às pretensões de controle.

Caracterizamos os gestos dos alunos do primeiro ano como movimentos de recusa ao controle total de seus modos de vivenciar o movimento e o momento da aula apenas de uma forma rígida, disciplinar, estática; sinalizam, assim, uma escolha desses sujeitos sobre o modo como desejam ou não se conduzir e serem conduzidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso refletir sobre o controle do corpo e a sua relação com o processo educativo que se anseia no espaço escolar. A assepsia das condutas nas aulas de Educação Física reduz as experiências dos alunos, e sinaliza uma educação que valoriza mais a ordem em detrimento à constituição de processos autônomos e criativos.

Os dados mostraram, nesse sentido, um enrijecimento ineficaz quanto a seus próprios objetivos. Torna-se necessário, dessa forma, o questionamento sobre a validade desse tipo de controle como prática reproduzida pela escola em seu cotidiano sem maiores reflexões. E, até que ponto os sujeitos responsáveis pela gestão do espaço escolar não foram disciplinados e controlados por seus próprios princípios de condução?

Se os próprios professores se inserem em um tipo de lógica que conduz àquelas formas de intervenção, por parte dos alunos, há uma recusa ao controle que se torna, na verdade, um obstáculo à captura total deles por essa racionalidade. Quando confrontada por comportamentos não previstos, a escola parece buscar afirmar, com mais intensidade, a punição e da disciplina. Essa afirmação generalizada é naturalizada sem considerar até que ponto as condutas dos alunos podem trazer danos, de fato, os processos pedagógicos que se instauram nas aulas. O problema é que, à medida em que por ter sido validada tantas vezes e de forma arbitrária, ela perde credibilidade e mostra a sua ineficácia dentro dos propósitos para os quais ela existia.

As condutas burlescas dos alunos do primeiro ano revelam a ineficácia das tentativas de controle das condutas em inúmeros momentos observados. Na verdade, esses corpos considerados indisciplinados, ao não se sujeitarem completamente, afirmam-se como sujeitos e, como tais, têm "[...] diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações, diversos modos de comportamento podem acontecer" (FOUCAULT, 2005, p.244). Ou seja, diante daquilo que lhes é imposto, os risos, saltos, estrelinhas e cambalhotas são possibilidades inventadas. Conforme sugere Foucault, é necessário que nos afirmemos como força criativa.

Urge-nos refletir sobre a despotencialização do corpo por meio da redução de suas possibilidades no interior do espaço escolar. Se o corpo é constituído por história, por vivências e riquezas, podemos perceber a impertinência da adoção de um modelo pautado na redução dos gestos corporais ao gesto eficiente. A Educação Física, como componente curricular que deve tratar do movimento corporal em todas as suas dimensões, poderia contribuir para fomentar processos mais amplos de formação, por meio de uma educação sensível com valorização das experiências humanas marcadas no corpo dos sujeitos.

É desafiador, nesse sentido, pensar em não disciplinar as condutas de forma que regras organizacionais sejam estabelecidas como princípios máximos norteadores, uma vez que essa determinação exclui condutas, muitas vezes criativas e renovadoras. O desafio reside em considerar a relevância de experiências corporais singulares, deslizantes, e errantes, no outro e em si mesmo.

Foucault (1979) nos provoca a pensar o corpo como campo de signos da história, onde se inscrevem os acontecimentos e, justamente por isso, pode ser campo da descoberta e da liberdade. É preciso assim, ampliar essas potencialidades, não apenas o corpo dos movimentos padronizados, visto como uma máquina, mas o corpo que dança e se move com propósito, desejo e alegria. A escola, nesse sentido, promoveria

uma revolução qualitativa, não como máquina de aprender, mas como espaço de experiências sensíveis necessárias à formação humana.

A experiência escolar quando propõe um diálogo com a vida, dirige-se ao sentido oposto dessa redução das experiências, uma vez que a vida extrapola as pretensões de rigidez, de fixação. Segundo Foucault (1995), a teimosia da liberdade revela-se como empecilho à pretensão de controle total dos corpos e almas dos indivíduos. Por isso, a ineficácia de controlar o corpo o tempo todo. Ele ainda é um obstáculo vivo e potente a tal pretensão.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.E.D.A. de. **Etnografia da prática escolar**. 17.ed. Campinas: Papirus, 2010.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____ . **Ditos e escritos**: ética, sexualidade e política. Paris: Gallimard, 2004.

_____ . **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Lisboa: Relógio d'Água, 1994.

_____ . **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____ . **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____ . O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert Leiderer; HABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

_____ . **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____ . **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 34.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

PINHEIRO, M. do C.M. **O corpo como campo de forças da infância**: **resistência, criação e afirmação da vida**. f.149.Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. 2010

RICHTER, A.C.; VAZ, A.F. Corpos, saberes e infância: um inventário para estudos sobre a educação do corpo em ambientes educacionais de 0 a 6 anos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v.26, n.3, p.79-93, 2005.

SARAIVA, K; VEIGA-NETO, A. Educar como arte de governar. **Currículo sem fronteiras**, v.11, n.1, p.5-13, 2011.

SOARES, C.L. **Educação física:** raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores associados, 1994.

VEIGA-NETO, A. Por que governar a infância? *In*: RESENDE, H. **Michel Foucault**: O governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.49-56.

Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Ibatiba
Av. 7 de Novembro, 40
Centro
Ibatiba/ES
29395-000